

A AÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO ENTRE ALVORECER E O OCASO DA UTOPIA : POBREZA, DESIGUALDADE E DEMOCRACIA

Marcelo Karloni da Cruz¹

1 INTRODUÇÃO

As ações do Estado brasileiro e a sua relação com a conservação de formas antidemocráticas autocráticas no país há muito tem sido alvo de investigação. Notadamente, a ciência política tem se dedicado ao tema e orbitado entre a correspondência exata entre Estado e autoritarismo e a sua negação, Estado e democracia. O Brasil de 2024, embora governado por um *staff* eleito nas urnas, carece de ações de caráter transformador com potencial de alterações estruturais favoráveis sobretudo para a classe trabalhadora. Tal realidade, para alguns conjuntural, para outros de natureza estrutural, justifica a revisitação do exame da relação entre Estado, Capital e democracia.

Observando por exemplo inicialmente, os efeitos da ação desse Estado, na consideração das variações dos indicadores de pobreza nas unidades da federação brasileira entre 1991 e 2010 o que se constata ao fim é que essa , com destaque para o período entre 2000 e 2010, obteve uma redução intensa e significativa.

A conservação por outro lado de formas de concentração como a fundiária, do mesmo modo, é também constatação válida e capaz de oferecer sustentação a um dos pressupostos fundamentais desta exposição: a disparidade evolutiva entre as indicações de pobreza e as indicações da desigualdade emerge como um dos principais paradoxos advindos da ação do Estado brasileiro entre 1991 e 2010.

Tal disparidade que tem, entre outras razões , o fato de que o Estado brasileiro se manteve correspondente à sua natureza enquanto forma política destinada a assegurar a realização do valor mas não a realização de alterações estruturais transformadoras.

¹Doutor em DINÂMICAS TERRITORIAS DO DESENVOLVIMENTO E REGIONALIZAÇÕES pelo PROGAA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, , karloniufal@gmail.com

Tal orientação que agora sob uma representação fortemente identificada com setores conservadores e do capital, fatalmente se dará em favor das camadas privilegiadas do *establishment* econômico e político e agirá no desmonte das poucas conquistas sociais alcançadas no período entre 2003 e 2016.

2 OBJETIVOS

Assim é objetivo deste trabalho a exposição dos resultados de uma investigação de tese de doutorado defendida no ano de 2017 no âmbito do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco na linha de pesquisa dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalizações.

Tese essa que teve por objetivo à época defender a hipótese de que a ação do Estado brasileiro no combate à privação humana foi condicionado ao atendimento da sua natureza como forma política destinada a realização do valor capitalista (MASCARO,2013) e não a alteração das condições estruturais da desigualdade no país.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O percurso escolhido pela presente proposta inicia-se pela indagação do por que a ação do Estado brasileiro no combate a privação humana entre 1991 e 2014 manteve-se correspondente a sua natureza enquanto forma política destinada a assegurar a realização do valor.

O período considerado para efeito do levantamento de indicadores relacionados à evolução da pobreza e da desigualdade, com fins de demonstração da disparidade evolutiva é entre 1991 e 2010.

Esse levantamento foi realizado a partir do recorte espacial formado pelos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio grande do norte. A adoção desse recorte teve por objetivo ilustrar a evolução desses indicadores que em escala nacional seguiram o mesmo grau de variação e disparidade.

Foi realizado: 1) Levantamento do percentual de conservação dos titulares eleitos entre os mandatos exercidos entre os anos de 1990 e 2014 ; 2) Classificação desse titulares segundo espectros político ideológicos definidos em literatura específica da área de ciência política ; 3) Levantamento da evolução do volume de financiamento de campanha entre

2002 e 2014 e razão financiamento/votos obtidos pelos eleitos para essa composição por estado e 4) Levantamento percentual do posicionamento favorável ou não favorável a aprovação de três medidas de interesse da classe trabalho entre as legislaturas de 1999 e 2003 e da proposta de emenda constitucional 241 de 2016.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desse modo foi que traços, portanto comuns, entre as estruturas de poder privado que se valeram do uso do Estado brasileiro entre 1990 e 2014 foram identificados como: **1)** O fato de que, independente das formas assumidas, tais estruturas desenvolveram um nível de tolerância quanto às ações do Estado face à redução da pobreza ; **2)** Não se viram desmobilizadas mesmo diante de cenários no qual a classe trabalhadora e mais pobre no Brasil experimentou redução da sua privação ; **4)** Opuseram-se fortemente as agendas do Estado com capacidade de alteração das bases de sua sustentação enquanto poder e **5)** Articularam-se regionalmente – Na escala das unidades da federação - como meio de pressionar o grupo político estatal que exerce a direção executiva do Estado em escala nacional para limitar gastos sociais e empreender a reforma trabalhista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a classe trabalhadora e as porções mais pobres, será na ação desse Estado em seu favor, que a democracia se verá senão realizada plenamente, ao menos útil a abertura de ‘brechas’ para propugnação e atendimento de algumas de suas pautas. Uma dessas brechas fundamentais é que por meio dessas políticas sociais, essa parcela da população mais pobre, passa a acessar o fundo público e fazendo pender o uso desses recursos em seu favor (BEHRING, 2003).

Estratégia essa que para Prado Júnior (1967), derivou dentre outros aspectos por esse apontado, de um erro interpretativo da esquerda do momento histórico naquele período. Defende este trabalho que , senão estão postas todas as condições conjunturais existentes nos primeiros anos da década de sessenta no Brasil, as ações do Estado brasileiro entre 1991 e 2014, não significaram na realização da transição democrática almejada e pretendida pela constituinte de 1988.

Apesar da intensa redução da pobreza durante os governos federais entre 2003 e 2014, especialmente da pobreza extrema, as determinantes da desigualdade social e da miséria, não se viram alteradas. Constituindo assim a disparidade evolutiva entre as indicações de pobreza e desigualdade como marca desse período.

A fragilidade está, porém exatamente no fato de que tais poderes não apenas não se viram confrontados pelo único agente que o poderia, o Estado, como também se beneficiaram das ações desse entre 1991 e 2014.

O cenário que se aos poucos se constrói no Brasil parece indicar assim um processo de agudização de uma disputa entre interesses opostos. É preciso entender, todavia que essa polarização não tem demonstrações claras de oposição no nível da representação política. A retórica desses setores aproxima-se a mesma que antes da ascensão à direção da máquina do Estado brasileiro se via entre as décadas de 1980 e 1990.

Por isso, a concordância desse trabalho com a asseveração de Wood (2004) quando diz que a crítica marxista anda fora de moda e que muitos intelectuais decidiram dá o abraço terminal no capitalismo e contentar-se com alguns interstícios cedidos por ele.

Diga-se novamente, que, esse agente enquanto ordenador da vida social oferece ao ser estudado, as principais pistas dos movimentos dos agentes que com ele se relacionam. Isolar o estudo dessas estruturas do estudo da ação do Estado não descortinaria plenamente o significado dessas para a explicação de processos seculares como a desigualdade e a pobreza regional.

Dentre os efeitos desse erro interpretativo no âmbito da ação política da época, pela esquerda, esteve a configuração de uma ambiência favorecedora não de enfrentamentos transformadores, mas de composições que tinham na governabilidade seu alvo último e final.

A esquerda se alia a setores menos progressistas e coopera com essas composições na manutenção das condições da desigualdade. Engolfada pelo discurso que também no período demonizava o Estado que seria corrupto e perdulário? Possivelmente essa a razão para a dilapidação contínua sofrida pelos ideais da esquerda acadêmica e política hoje no Brasil.

A luta então pela manutenção das conquistas sociais mesmo que limitadas experimentadas entre 2000 e 2014 no Brasil é tão necessária quanto imperativa por que a partir dessa é que novamente poderá se ver a ação do Estado ao menos pendente em favor dos mais vulneráveis. Suficiente? Jamais.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.
- PRADO JR., **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: A renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.